

Entre riscos e desafios antropológicos no licenciamento ambiental de hidrelétricas: O caso da UHE Corumbá IV, Goiás

Luís Guilherme Resende de Assis

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade de Brasília.

Endereço para correspondência: Campus Universitário Darci Ribeiro, Asa Norte, ICC Centro-Sobreloja B1 347, 70910-900, Brasília-DF.

luisguilhermera@yahoo.com.br

1. Introdução

Neste trabalho descrevo e analiso os riscos e desafios enfrentados por mim e uma dezena de colegas que comigo elaboraram o “Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da Usina Hidrelétrica - UHE Corumbá IV” no licenciamento ambiental-(CCSA/ASSIS *et alli*, 2007) e experiência etnográfica que subsidiou também a escrita de minha dissertação de mestrado (RESENDE DE ASSIS, 2007). Trata-se de elucidar os desdobramentos de uma experiência etnográfica coletiva no interior da política ambiental que resultou em produtos textuais diferentes: um voltado para o próprio licenciamento ambiental da hidrelétrica e outro para a universidade. Ambos são artefatos da mesma aventura antropológica em meio não-acadêmico.

Em diversos debates acerca dos perigos e desafios da prática antropológica fora da academia deparamo-nos com preocupações quanto à vigilância metodológica, a perda de qualidade textual e os limites impostos pela disposição de poderes nas arenas onde a pesquisa se realiza. Tais questões são fundamentais e não podemos perdê-las de vista, entretanto, é preciso reformulá-las de maneira que dois aspectos centrais dos “riscos e desafios” apareçam por detrás do emaranhado argumentativo que os velam.

Algumas posições no debate pressupõem certa “naturalidade acadêmica” da experiência etnográfica e teórica.¹ O fato de

1 O etnólogo SEEGER (1981) afirmou que seria impossível combinar atividades acadêmicas com envolvimento político. Entretanto, retrucou RAMOS (1990: 467), há tópicos “frios” em etnologia, como mitos e parentesco? Não seriam esses tópicos bastante influenciados pelo contato interétnico? Além do mais, os antropólogos brasileiros são frequentemente chamados a atuar pelos próprios povos que estudam. Por isso, a autora formulou outra

compartilharmos matrizes disciplinares e éticas, e o fato destas serem “aprendidas” a partir da formação acadêmica, permitir-nos-ia estender a relação intrínseca da disciplina com a academia aos processos de validação do conhecimento antropológico em qualquer arena: na universidade, no Estado ou na iniciativa privada. Conseqüentemente, os atores da academia estariam em posição intelectual de avaliar tanto a qualidade de quaisquer trabalhos etnográficos, quanto as “perdas” ocorridas em função da prática realizada em meio não-acadêmico. Perdas decorrentes do afastamento. Dessa maneira, matriz(es) disciplinar(es) comum(s) se confundem com arenas de validação diferentes; e, assim, a experiência etnográfica comum, parecem legitimar avaliações similares a produtos textuais diferentes. A inerência crítica da antropologia é utilizada para justificar um lugar acadêmico exclusivo de avaliação dos produtos de nossa prática.

Uma vez que a antropologia aparece como uma “expertise acadêmica”, a prática não-acadêmica seria, senão, o “uso” da metodologia etnográfica, que coloca em jogo seu *status* “natural”, impondo-lhe riscos “externos”. Parece haver aí a idéia de que, ao atuar em ambientes não-acadêmicos, apenas lançamos mão de conhecimentos adquiridos na academia, e não de que possamos produzir e avaliar tais conhecimentos desde lugares diferentes,

questão: o envolvimento político do antropólogo e seus desdobramentos podem, eles próprios, ser alvos de pesquisa etnográfica? Ela acredita que sim, mas adverte para o fato de que o engajamento político pode colocar em risco o trabalho acadêmico, sendo necessário um permanente cuidado metodológico. Segundo ela, “the anthropologist as citizen has responsibility not only toward the people he studies, but also to the discipline he practices”. Em outro trabalho, RAMOS (1999/2000: 186) tece o conceito de expert witness como maneira de caracterizar o antropólogo que, ao sair da academia com conhecimento prévio de um povo, passa a testemunhar sobre ele em arenas políticas de definição de seus rumos, seja na demarcação de terras, seja na sua gestão. O que a autora sugere com o conceito é uma anterioridade da construção da expertise em face da ação política. “In other words, their authority as experts is based on a kind of personal and sui generis experience of the people in question, an experience that cannot be reproduced by anyone else”. RUBEN (1992), por seu turno, ao afirmar que a antropologia do desenvolvimento não progride em função do descompasso entre ensino e prática dos professores/consultores, coloca como pressuposto que esses trabalhos extra-acadêmicos são realizados eminentemente por acadêmicos já formados, servidores públicos atuantes nas universidades. Não é a natureza dos dados etnográficos produzidos em ambientes não-acadêmicos que parece estar em jogo, tanto no caso de Ramos como de Ruben, mas sim o que pode acontecer com um dado etnográfico considerado legítimo, porque produzido na/para a academia, quando esse baliza ações de engajamento presentes em consultorias-laudos.

onde elaboramos consultorias e laudos. Esse “lugar de enunciação” é tido como incapaz de contribuir para as dinâmicas de mudança e reprodução de nossa(s) matriz(es) ética(s) e disciplinar(es). Assim, os laudos e consultorias seriam textos técnicos, com poucas chances de contribuir para a antropologia. Os textos acadêmicos elaborados a partir da mesma experiência etnográfica, por outro lado, seriam mais interessantes para a disciplina. O foco nos textos - produtos diferentes porque produzidos para arenas de validação diferentes - ofusca e engloba sua intrínseca relação com a experiência etnográfica comum, ocorrida em meio não-acadêmico. O que nos leva ao segundo ponto.

Uma vez que as experiências etnográficas vividas no contexto não-acadêmico subsidiam tanto laudos/consultorias, como dissertações, teses e artigos acadêmicos, é necessário encarar os riscos e desafios corridos como gerativos das teorias - e não como “ameaças externas”. A diferença dos textos - técnicos e acadêmicos - corresponde às distintas arenas de validação/poder, mas as condições de teorização partem de uma mesma experiência etnográfica de construção de dados, que “responde” a ambas sem distingui-las nitidamente. Sob essa perspectiva, os riscos e desafios corridos em experiências antropológicas não-acadêmicas revestem-se de uma importância bastante peculiar: eles são evidências da relação entre método, teoria e “lugar de enunciação” e não apenas ameaças de “perdas” de vigilância ou de eficácia. Demonstrarei que não se tratam de perdas, mas simplesmente da necessidade da vigilância ou “gerenciamento” dos preceitos éticos de nossa(s) matriz(es) disciplinar(es).

As formas como respondemos às situações de risco ficam estampadas nos diferentes resultados impressos, audiovisuais ou virtuais das pesquisas. Por isso, eles - os riscos - são constituintes de nossa prática e merecem ser estudados como tais. Se tomarmos os efeitos dos riscos como objetos de reflexão, encontraremos o(s) percurso(s) de construção da etnografia - as tomadas de decisão do(s) pesquisador(es), os desdobramentos incontrolláveis dos subprodutos de seu trabalho e as origens das categorias cunhadas/criticadas na explicação - seja em laudos/consultorias, seja em textos propriamente acadêmicos.

Esse é o esforço pretendido neste trabalho. Tal exercício não representa uma auto-crítica ou auto-análise pós-campo, pós-Diagnóstico ou pós-dissertação. Pelo contrário, objetivo sublinhar a importância dos “riscos e desafios” do fazer antropológico como

“questão” que nos coloca diante do *continuum* entre método, teoria e lugar de enunciação.

2. Primeiros contatos: entre agência e limites estabelecidos na rede de construção de fatos do licenciamento ambiental

No meio de uma aula de Etnologia Extra-Continental meu telefone tocou, displicente saí para atender. Era o segundo semestre do mestrado e, junto com essa disciplina, eu cursava “Autores Clássicos 2” e, ainda, “Sociologia da Ciência”, ofertada pelo Departamento de Sociologia. Meu interesse nesta última residia na presença bibliográfica de Bruno Latour. Eu havia lido “Ciência em Ação” (2000) e acreditei que seria proveitoso debater a idéia de “rede de construção de fatos tecnocientíficos”, já que me interessava, na época, por estudar indicadores qualitativos de pequenos projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia. “Há dois senhores querendo falar contigo sobre o licenciamento da Corumbá IV”², ouvi.³ Marquei um encontro para o dia seguinte no escritório de onde a ligação fora realizada.

Os senhores eram consultores da Corumbá Concessões S.A. (CCSA) e estavam bastante preocupados com a (im)possibilidade de conseguirem a Licença de Operação (LO) da usina.⁴ Esse era seu

2 Nessa época Corumbá IV já era uma obra conhecida dos brasilienses e goianos. A cada comercial no horário nobre da TV aparecia a propaganda: “100 anos de água para o DF”, sempre com o fundo em azul, cor eleita para representar o então governo local, um dos principais acionistas da CCSA.

3 Ao telefone, um colega da Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), para quem realizei um trabalho de consultoria para a elaboração do Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural Campo Alegre, em Goiás. Assim a “chegada” ao licenciamento, além de revestida de interesses intelectuais construídos na academia passou também por trabalhos não-acadêmicos realizados anteriormente.

4 O licenciamento ambiental, instrumento político para avaliar a viabilidade técnica e o gerenciamento de projetos desenvolvimentistas, tem três grandes fases, traduzidas em licenças dadas aos “empreendedores”. A primeira fase é a de estudos de viabilidade do projeto da obra e dos impactos bióticos físicos e antrópicos que ela produzirá. Uma vez aprovados tais estudos o órgão licenciador emite a Licença Prévia (LP). Depois disso é realizado o “leilão” ou licitação para decidir quem irá construir a obra. A empresa vencedora deve elaborar propostas de mitigação de impactos que, uma vez aprovados, conduzem à liberação da Licença de Instalação (LI). Em seguida, quando a hidrelétrica é finalmente construída, o empreendedor precisa da Licença de Operação (LO) para começar a gerar energia. Em teoria ela só poderia ser emitida caso a empresa provasse que realizou todas as

objetivo primordial, não tanto por causa da LO em si, mas porque adquiri-la para a concessionária significaria atestar sua eficácia no mercado de consultorias. A CCSA e seus investidores, por seu turno, precisavam da LO para lucrar com produção e venda de energia, e porque o contrato com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estava atrasado desde 2005, obrigando-os a comprar eletricidade de outras empresas e repassá-la ao Estado.⁵ Sem a LO os custos com a “obra” aumentavam significativamente.

Entregaram-me dois documentos, sem, entretanto, demonstrarem conhecer a demanda. “Precisamos dessa LO em no máximo quatro meses”, disseram. Respondi prontamente: “Preciso conhecer melhor a demanda no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e no Ministério Público Federal (MP), mas asseguro que o trabalho não poderá ser realizado em menos de um ano e teremos que montar uma equipe”. Terminamos a reunião com mútua desconfiança: eles não aceitaram de imediato o “cronograma” e os “recursos humanos” demandados; eu duvidava da compatibilidade entre realizar a pesquisa e fazer o mestrado, além de acreditar que daria muito trabalho convencê-los de que meus interesses não coadunavam com “conseguir a LO”.

Percebi imediatamente que, caso aceitasse o desafio, teria que assumir riscos relacionados ao “tempo” e aos interesses do “empregador”. Seria preciso elaborar estratégias para garantir a independência crítica inerente à prática antropológica, o que necessariamente ia contra os interesses da CCSA. Para ela era fundamental adquirir a LO, sem pagar os custos de mitigação e/ou compensação de impactos. No entanto, era a “desinteressante” “questão antrópica” que causava dor de cabeça aos investidores, “travando” o licenciamento ambiental. Eles precisavam contratar um

ações de mitigação e/ou compensação de impactos (Ver Brasil/Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA/ Resolução 001)

⁵ Refiro-me ao contrato de concessão em que o Estado autoriza a iniciativa privada a explorar os recursos naturais por certa quantidade de tempo, obrigando-a a devolver a obra ao fim do prazo. Nesse contrato estabelece-se a data para o início da geração de energia, quando a empresa se compromete a ter realizado todas as etapas necessárias para cumprir o licenciamento ambiental. A CCSA não havia cumprido as exigências do licenciamento, e, por isso não havia recebido a LO, que lhe autorizaria a gerar energia.

antropólogo, mesmo sem saber muito bem o que isso significava.⁶ Segui imediatamente para o IBAMA.

A técnica responsável pelo “fator antrópico” do licenciamento me recebeu prontamente: “Você vai descascar esse abacaxi?”. “Vou tentar”, respondi. “Boa sorte”, retrucou com alguma ironia. Saí com um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado pela CCSA, IBAMA e MP e partes de uma Ação Civil Pública movida pelo MP contra a CCSA.⁷ O TAC obrigava a empresa a:

Cláusula 40 - Realizar estudo descritivo analítico detalhado sobre as comunidades rurais (...) que estão sujeitas à fragmentação compulsória em decorrência da implementação/operação do AHE⁸ Corumbá IV. O produto deste estudo deverá permitir o conhecimento dos seguintes aspectos (...):

- a) modos de criar, fazer e viver; compreendendo todos os bens que constituem referências culturais, enfatizando aquelas significativas para a população local;
- b) percepções e avaliações relativas à obra e a seus efeitos já em curso;
- c) o histórico de ocupação levando-se em conta a memória social local;
- d) descrição de áreas de uso comum e equipamentos comunitários (...);
- e) os processos de trabalho e os sistemas produtivos, com atenção às relações de dependência entre as comunidades locais e os recursos ambientais, bem como as interações intercomunitárias (...)

Cláusula 41 - O estudo relativo à cláusula 40 deverá ser desenvolvido por equipe multidisciplinar sob coordenação de um profissional das Ciências Sociais, que necessariamente faça uso da metodologia de pesquisa o

6 Inúmeras vezes os presidentes, acionistas, técnicos, e diretores da empresa me procuraram, nos intervalos do café, para saber o que afinal de contas era a antropologia e como era o nosso trabalho.

7 O TAC, do ponto de vista jurídico, representa a transformação de um conflito em mediação ou acordo. É um mecanismo de negociação de direitos inegociáveis a partir da lógica da conciliação. Há um aspecto moral marcante no TAC: o “empreendedor”, ao assiná-lo, assume erros, reconhecendo sua conduta inadequada (ZUCARELLI, 2005). Dessa forma, além de evitar futuros conflitos jurídicos, o TAC conduz à retirada das Ações Cíveis Públicas anteriores, e talvez por isso um ex-diretor da CCSA afirmou que ele “foi a salvação daquele momento para conseguirmos a LO sem mais brigas na justiça”. A reorganização do SE nos anos 80 e 90 garantiu ao MP o direito de impetrar Ações Cíveis Públicas contra empresas que estivessem em desacordo com os preceitos legais (Lemos, 1999). Ver a Programa Nacional de Meio Ambiente e a Lei 7.347/85, que institui a Ação Civil Pública.

8 Antes que uma hidrelétrica esteja totalmente construída e em condições de entrar em operação fala-se de Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) e não de Usina Hidrelétrica (UHE).

trabalho de campo etnográfico, aliado a uma abordagem científico-social dos conflitos sociambientais, orientada por procedimentos participativos de levantamento, análise e avaliação de impactos. (BRASIL/MPF, 2002, grifo meu).

Nos documentos havia ainda três categorias de “atingidos” considerados emergenciais, que demandavam da empresa concessionária rápida resolução: aqueles que, em função do alagamento e da faixa de preservação tiveram seus remanescentes de terras diminuídos, sendo menores que o Módulo Rural; aqueles residentes produtivos em áreas remanescentes em situação de espólio/inventário de herança e aqueles que tinham casas e benfeitorias na Área de Preservação Permanente (APP) estas deveriam ser imediatamente retiradas, por ocuparem uma área de preservação restrita, prevista no Código Florestal Brasileiro.⁹ As categorias de impacto estavam, portanto, pré-formatadas, delimitando um “ponto de partida” para o esforço intelectual e crítico exigido da antropologia no meio não-acadêmico. Para mim a demanda estava caracterizada: a tal “equipe multidisciplinar” deveria dimensionar impactos causados às populações atingidas, apontar seus responsáveis e indicar mecanismos de mitigação e/ou compensação. A base metodológica para tanto seria a etnografia.

O TAC representava um marco da aliança entre IBAMA e MP iniciada meses antes, quando o órgão jurídico exigiu a modificação do órgão licenciador, via Ação Civil Pública. Ambos pressionavam firmemente a CCSA a adotar medidas de mitigação e/ou compensação de impactos junto aos atingidos, o que até o enchimento do reservatório não fora realizado - ou o fora de maneira insuficiente. Com o TAC a expectativa do IBAMA e MP era confirmar suas suposições quanto à desarticulação da vida dos atingidos e o descaso da CCSA com os mesmos, instrumentalizando-os para futuras exigências. Entretanto, se mostravam receosos de que a empresa, mais uma vez, não realizasse a solicitação, seja omitindo ou modificando as pesquisas etnográficas esperadas, seja contratando pesquisadores tendenciosos e/ou inexperientes.

Era evidente que a elaboração do TAC havia contado com a participação de antropólogos. Caberia àqueles que aceitassem

9 O conceito de reserva legal é dado pelo Código Florestal, em seu art. 1º, §2º, III, inserido pela MP nº 2.166-67, de 24.08.2001, sendo: “área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas”.

realizar o cumprimento das cláusulas supra-referidas inserirem-se em uma arena tecno-política em que seriam pagos pela empresa geradora de energia, avaliados técnica e antropológicamente pelo IBAMA e sob vigília do MP – que também contava com antropólogos em seu corpo pericial. Tratava-se de uma rede de validação do conhecimento antropológico não-acadêmica onde a agência antropológica estava limitada por conceitos pré-formatados de impactos e interesses políticos estabelecidos.

Logo que li os documentos pensei: “É bem provável que se eu realizar este trabalho terei um bom tema para a dissertação e, ao mesmo tempo, uma experiência profissional interessante”. Convidei um colega para elaborarmos uma proposta para os consultores da CCSA, com quem encontraríamos no dia seguinte. Construímos uma matriz lógica que explicava os “passos a seguir”: primeiro montar uma equipe para escrever uma proposta, depois, formatar em três meses um projeto de pesquisa consistente e aguardar seu resultado junto ao IBAMA e MP. Caso fosse aprovado, incrementaríamos a equipe para realizar seminários bibliográficos, projetar o campo por meio de um *survey*, realizar o campo etnográfico e a escrita e, em seguida, submetê-lo aos órgãos licenciador e jurídico. Tudo duraria mais que um ano, ao revés das expectativas dos consultores e da CCSA. O trabalho final deveria conter uma etnografia detalhada de todo o entorno do reservatório e programas de ação para resgate de passivos socioculturais e econômicos. Estava em jogo a definição de dois fatos: o que são impactos e quais os direitos dos atingidos.¹⁰

Como os consultores da CCSA não pareciam ter alternativa, aceitaram a proposta. Neófitos no assunto de hidrelétricas, eu e meu colega partimos para a formação da equipe de elaboração do projeto de pesquisa. Ao procurar antropólogos para realizarmos a jornada muitos não a aceitaram, alegando, primeiro, que não iriam trabalhar para o “empreendedor” e contribuir para a opressão das

10 A idéia de passivos remete ao atraso da CCSA quanto a custos que deveriam ter sido pagos desde a elaboração do EIA/RIMA (Estudos de Impacto Ambiental). Muito antes da hidrelétrica ser construída, é fundamental que o empreendedor tenha realizado ações, como a indenização dos proprietários, a elaboração de programas consistentes para mitigação de impactos, etc. Apesar de ter arcado com tais custos, IBAMA e MP consideraram os estudos insuficientes e as exigências que constavam no TAC representavam uma forma de cobrar o resgate desses passivos no momento que a represa já estava terminando de chegar à cota máxima de enchimento.

populações atingidas.¹¹ Segundo, que não dividiriam seus dados de campo com toda a equipe para a elaboração de um texto coletivo, receosos por não saberem o que iríamos fazer com eles ou por desacreditarem da possibilidade de enfrentarmos os riscos junto ao empresariado e órgãos públicos. Entretanto, após algum tempo conseguimos montar uma equipe de quatro pessoas. Escrevemos o projeto de pesquisa detalhando metas, atividades, justificativa e cronograma e, principalmente, a metodologia etnográfica.

Os riscos a correr eram tais como convencer a concessionária da viabilidade do projeto, atender às solicitações dos órgãos estatais competentes - tendo em vista as categorias de impactos pré-formatadas - e assegurar a identidade antropológica do trabalho. Esses riscos remetiam à necessidade ética de garantir que as propostas metodológicas e o dimensionamento dos impactos a partir da visão dos atingidos não se perdessem de vista frente aos usos políticos que se pudessem fazer do produto final. Semanas depois o IBAMA se pronunciou: "O projeto apresentado e a metodologia proposta foi conformada às novas exigências. Neste sentido, é de nota o esforço de apreensão da cultura local apresentado pelo Projeto, somada a particularização da demanda solicitada pelo IBAMA" (BRASIL/IBAMA, 2005).

Como se percebe havia vários riscos a correr e desafios a enfrentar para se fazer antropologia no licenciamento. Era necessário que nos posicionássemos frente a atores com diversos interesses e expectativas quanto ao trabalho, agenciando os riscos de maneira a corresponder aos estímulos de cada um e aos meus próprios: a desconfiança acadêmica - que me levou a ouvir de muitos colegas "Pois é Goiás, você mudou de lado, né!?"¹² -; o

11 Creio que tal receio remete ao fantasma da antropologia aplicada na antropologia. Sobre isso Ruben afirma: "Durante varias décadas, en los años posteriores al período colonial y a la Segunda Guerra Mundial, aquello que se dio en llamar antropología aplicada fue una actividad marginal y poco prestigiosa sobre todo desde la visión de los antropólogos que trabajaran en la academia. A pesar de que 'el deseo de hacer de la antropología una ciencia útil es casi más antiguo que la misma disciplina' la relación conflictiva que se dio entre la antropología y el colonialismo alertó sobre los grandes problemas de orden intelectual, ético y político que le planteaba al antropólogo la posibilidad de cualquier tipo de intervención. Varios antropólogos de renombre como Raymond Firth y Evans Pritchard se empeñaron en alertar sobre los peligros que tales intervenciones de los/as antropólogos/as en cuestiones de aplicación y administración pudieran acarrear". (Colmegna, 2005:177)

12 "Goiás" é meu apelido. Muitos colegas tinham acompanhado minha trajetória profissional no Ministério do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário - MMA e

interesse em aproveitar a experiência para escrever a dissertação de mestrado; a necessidade de lidar criticamente com categorias de impactos pré-formatadas, elaboradas pelos órgãos que de certa forma nos apoiariam para enfrentar o “empreendedor”; o estímulo ao denunciamento, etc. Apesar de muitos atores envolvidos, eles são poucos se dimensionarmos a amplitude dos fatos a serem produzidos: estabelecer uma jurisprudência sobre o que são impactos advindos de hidrelétricas e quais os direitos dos atingidos no licenciamento ambiental. Como me parece claro, a agência que poderíamos exercer era delimitada por estruturas de poder controladas por poucos e traduzidas pela legislação do licenciamento ambiental e do setor elétrico.

Desafiava-nos a idéia de produzir fatos com base no método etnográfico num limiar entre as estruturas e a agência no interior de uma arena de validação do conhecimento antropológico. Para mim havia ainda o desafio de produzir dados nesse meio e ainda transportá-los para uma outra arena de validação: a da academia. Como ator eu ligava duas redes: a da academia e a do licenciamento. Num caso e no outro os produtos se diferenciam, mas a experiência etnográfica é a mesma e consiste em trasladar interesses, visando impor/construir/controlar interpretações sobre o que são impactos e quais são os direitos dos atingidos pela hidrelétrica de Corumbá IV.

Trasladar interesses consiste em controlar os resultados da pesquisa. Esse controle não é mera pretensão, mas a práxis de qualquer produtor de fatos. Trata-se de assegurar que preceitos considerados fundamentais não se percam nos processos políticos e que eles mantenham-se reconhecíveis nos desdobramentos subseqüentes à produção de artefatos - como o Diagnóstico ou a dissertação. É evidente que os cientistas e/ou antropólogos são de tal forma inseridos nos meios onde resolvem praticar seu *metiér* e produzir fatos, que eles próprios se amarram em categorias, coisas e pessoas envolvidas no jogo do convencimento e controle. Com isso, na tentativa de controlar *seus fatos*, acabam permitindo - conscientemente ou não - o controle por outros, mas em aspectos que, pelo menos aparentemente, não ameaçam os objetivos

MDA. A acusação de “mudar de lado” remetia à idéia de que eu havia aceitado trabalhar para a iniciativa privada desenvolvimentista, justamente contra quem eu sempre havia militado.

originais, mas que evidenciam, entretanto, que as “forças” se controlam mutuamente como em um autômato.

Para ganhar força nesse jogo, é preciso alistar o máximo de aliados, o que significa despertar o interesse nos demais atores tornando-nos “necessários” para que eles alcancem seus objetivos. Mas não se trata de alistar qualquer elemento, mas aqueles dispostos e com recursos para pagar o preço. Daí a idéia de que a realidade ou os fatos construídos são produzidos em poucos lugares e controlados por poucos. A característica fundamental de uma rede de produção de fatos é justamente essa de ser algo tão poderoso, apesar de tão pequeno, tão concentrado e diluído (Latour, 2000: 294). Os riscos e desafios expostos até aqui me parece claramente uma questão de trasladar interesses numa rede de produção de fatos antropológicos e políticos.

Logo percebemos o quão difícil é trasladar interesses na rede do licenciamento. Com nosso projeto na mão a CCSA negociou com o IBAMA a liberação da LO. A Licença foi liberada pelo IBAMA estabelecendo como condicionante a realização da pesquisa. Para a CCSA o trabalho antropológico fora, momentaneamente, um sucesso.

3. O (des)controle da pesquisa e seus sub-produtos: dilemas políticos na “gestão” da(s) matriz(es) disciplinar(es) e ética(s) da antropologia

Diante da liberação da LO a questão que posteriormente nos colocou Taminato (2006) em um artigo acadêmico escrito a partir desta experiência etnográfica não-acadêmica se mostrou pertinente: estaríamos nós, ao aceitar o desafio de elaborar o Diagnóstico prestes a realizar um mergulho ou um afogamento antropológico? A questão não era exatamente dimensionar possibilidades de perdas para o fazer antropológico numa rede não-acadêmica, mas de como zelar pela identidade antropológica e compreender que lugar era aquele reservado à antropologia no licenciamento ambiental. Tal identidade remete à(s) matriz(es) disciplinar(es) e ética(s) que precisavam encontrar espaços para sua reprodução; esta(s) não corresponde(m) à rede de validação do conhecimento antropológico,¹³ apenas estão, nesse caso, inseridas

13 Notemos que na minha perspectiva, as matrizes disciplinares são colocadas a circular nas arenas de validação do conhecimento. As matrizes não são, sozinhas, a

nela.¹⁴ Assim, trasladar interesses, do nosso ponto de vista, implicava em impor e tornar necessárias a crítica, a independência relativa e a postura ética de nossa prática de pesquisa. Nos caberia não apenas controlar os desdobramentos, mas convencer os atores da rede que, para alcançarem seus objetivos, eles precisavam compartilhar conosco nossos interesses. “Se é antropologia que vocês precisam, é fundamental que vocês nos dêem liberdade para pesquisar e apresentar ao IBAMA e MP como os atingidos interpretam os danos que sofreram; sem isso não dá pra fazer antropologia”, informei superficialmente ao diretor da hidrelétrica, à época.

Ao sermos informados sobre a liberação da LO, ficamos preocupados com a euforia e a visão que temporariamente os empresários construíram da equipe. Não importava à concessionária o conteúdo do projeto de pesquisa, mas única e exclusivamente o “sucesso” da liberação da LO.

À medida que o tempo “trabalhava” e novas responsabilidades institucionais substituíam as antigas, a CCSA começou a se preocupar com a “gestão” de sua licença. Os condicionantes deveriam ser cumpridos e boa parte deles estavam em nossas mãos.¹⁵ O Ministério Público, por sua vez, rompeu a aliança com o IBAMA, pois considerava, assim como nós e alguns

prática antropológica. Esta, por sua vez, consiste em operar as matrizes, nos momentos de produção do conhecimento, que pode ocorrer em diferentes arenas de validação.

14 A(s) mesma(s) matriz(es) disciplinar(es) com muita frequência estão inseridas em outras arenas de validação do conhecimento que exigem também trasladar interesses. Tais arenas são tidas como o palco que delimita a prática onde se desenvolvem pesquisas etnográficas. Na academia, por exemplo, isso é muito claro. Por que algumas universidades e departamentos têm bolsas de estudos para todos os estudantes e outras não? Por que alguns departamentos conseguem mais recursos que outros? Será que os próprios órgãos financiadores colocam restrições para pesquisas? Para garantir recursos, não é preciso adequar os projetos de pesquisa às linguagens particulares desses órgãos, modelando de certa forma a própria pesquisa? Questões similares foram tomadas como objeto interessante de estudos de Nugent (2008) e demonstraram a clara relação entre financiamento e organização acadêmica nos Estados Unidos. Se é verdade que os limites impostos à academia são politicamente diferentes daqueles do licenciamento, há de se considerar que são limites. O que me parece importante é dimensionar esses limites, num caso e no outro.

15 É prática recorrente do licenciamento ambiental brasileiro emitir, junto com as licenças, condicionantes que estampam passivos a serem resgatados. Assim, o Setor Elétrico e o ambientalismo estatal amalgamam-se em uma estrutura de viabilização de obras conhecida como “Paradigma da Adequação” (OLIVEIRA & ZHOURI, 2005)

técnicos do próprio órgão ambiental, que a LO não deveria ser emitida sem que as pendências tivessem sido resolvidas, o que incluía a apresentação do Diagnóstico e sua execução. Isso poderia demorar mais de cinco anos, forçando, quem sabe, a desistência do consórcio na usina, que se tornaria inviável aos investidores. Os administradores políticos do IBAMA, por outro lado, liberaram a LO, pois acreditavam que essa era a única forma de pressionar para que alguns passivos socioambientais fossem resgatados e porque havia uma forte pressão do Ministério das Minas e Energia para que a hidrelétrica fosse legalizada.

Produzir fatos antropológicos no ambiente de consultoria-laudo como o exposto implicou, aos olhos do “empreendedor”, gerenciar a LO; aos olhos do Ministério Público, permitir a precoce liberação da LO; e aos olhos do IBAMA a possibilidade de responder às pressões do setor elétrico estatal e ainda resgatar alguns passivos socioculturais e econômicos. A força das alegações do projeto de pesquisa amarrava na rede todos esses elementos e interesses que representavam “provas de força” à argumentação antropológica, aos conceitos de impactos e direitos que visávamos elaborar/criticar (Latour, 2000). Mais do que nunca, estava evidente para nós o que poderia acontecer com o produto da pesquisa: colocar em suspeita a credibilidade dos antropólogos que realizaram a pesquisa, o próprio conhecimento antropológico, seu rigor conceitual, além da própria comunidade científica da antropologia (Leite, 2005: 16).

A CCSA estava na quarta gestão presidencial quando a LO foi liberada. O presidente/contratante exigiu que participássemos de duas reuniões semanais junto aos demais técnicos de meio ambiente - meio físico e biótico, representados pelas empresas FEINDT e WALM - para cumprir as condicionantes estabelecidas. Isso envolvia o controle das ações da equipe que iniciava o *survey* para, então, programar com mais profundidade a pesquisa de campo. Ao mesmo tempo em que cuidava do planejamento da pesquisa etnográfica, eu tinha que contrapor o controle intentado pela empresa. A CCSA tentava de toda maneira antecipar as demandas que apareceriam no Diagnóstico, estas, no entanto, estavam sendo construídas artesanalmente pela etnografia.¹⁶ Nesse contexto dois aspectos me

16 Ao longo da pesquisa, demandas foram aparecendo, algumas delas emergenciais. Nesse contexto, “descobrimos” que, por um erro crasso de medição, a ponte do Rio do Ouro não estava prevista para ser inundada; ao chegar em campo, alguns “proprietários” andavam de canoa sobre ela. Além disso, verificamos que muitas cercas não haviam sido reconstruídas pela CCSA, obrigando

parecem importantes para dimensionar o que significava “gerenciar” a(s) matriz(es) disciplinar(es) da antropologia(s).

Em primeiro lugar, ocorre que o Estado não é capaz - ou se abstém - de pagar pelas demandas que produz no licenciamento e, sendo essas demandas instrumentos que objetivam pressionar os empresários para a realização de ações de mitigação e/ou compensação de impactos, toda a responsabilidade de mediação com a concessionária para questões pragmáticas, metodológicas e políticas recai sobre os antropólogos. Além disso, vale salientar, a Associação Brasileira de Antropologia, historicamente não se interessou pela regulamentação da profissão. Dessa forma, não havia qualquer mecanismo eficaz de defesa do trabalho antropológico no momento de realização do Diagnóstico.

O segundo aspecto é que planejar o que, como e por que pesquisar eram preocupações que não podiam ser, naquele momento, desvinculadas da execução da pesquisa em si. Éramos ao mesmo tempo planejadores, executores e avaliadores primários que, antes de mais nada, deveriam imaginar que tipo de trabalho os órgãos competentes do licenciamento esperavam. A falta de exemplos demonstrativos, de trabalhos similares, nos colocava uma responsabilidade peculiar quanto à própria forma do “produto” a ser entregue, não apenas quanto a seu conteúdo. Isso remete à própria maneira como o licenciamento está estruturado. Segundo Cid,

Os impactos sobre o ‘componente antrópico’ (como são, bizarramente, chamados aqueles que sofrem, sofrerão ou sofreram impactos) não estão desamparados pela legislação. No entanto, a metodologia para o diagnóstico de impactos sobre qualquer espécie animal ou vegetal (‘o componente biótico’) é infinitamente mais detalhada e rigorosa do que a metodologia empregada para o diagnóstico de impactos sobre o ‘componente antrópico’. Ademais, quando se trata de impactos sobre o ‘biótico’, as recomendações para a implantação de programas de compensação e mitigação são claras e direcionadas. O contrário ocorre com os impactos sobre os ‘antrópicos’. Não há consenso sobre o que seja uma compensação adequada. (CID, 2005: 192)

Depois de demonstrar ao presidente da empresa que nossa pesquisa não poderia adiantar demandas semanalmente, dada sua

alguns “proprietários” a ficarem permanentemente vigilantes quanto ao gado que poderia escapar. Problemas emergenciais como esses eram imediatamente encaminhados à CCSA, que os resolvia a seu tempo. A ponte foi reconstruída em pouco tempo, assim como algumas das cercas. Outras demoraram mais, mas acabaram sendo feitas.

característica, o convenci de nos dispensar dos encontros. Isso nos poupou tempo para dedicar à pesquisa de campo propriamente dita, mas ao contrário do que esperávamos, não impediu diversas intromissões, principalmente do então diretor financeiro da empresa. Por vezes ele me acusava de não estar fazendo um trabalho científico, pois era baseado em versões dos atingidos. Eu respondia, visando trasladar interesses, que estávamos em busca de percepções “nativas”, era isso que o IBAMA e o MP queriam saber. Caberia a estes órgãos avaliar a “veracidade dos fatos”, não a nós. Os empresários temiam, com razão, que o Diagnóstico descaracterizasse a “cientificidade” de relatórios anteriormente encaminhados e que escondiam os escândalos dos termos negociais usados pelos negociadores de terras da CCSA. O resultado poderia ser catastrófico para a empresa: ter que rever as indenizações.

Quando tínhamos acabado de finalizar o survey eu soube, via colegas que freqüentavam a Katakumba (espaço de estudo e sociabilidade dos alunos de pós-graduação do Departamento de Antropologia), que o MP estava contratando um “contra-laudista”, temendo que a pesquisa não apontasse os impactos e “protegesse” a empresa capitalista. Apesar de essa ação atentar contra a ética, utilizei-me dela para trasladar interesses, exigindo da CCSA a contratação de uma avaliadora externa ao trabalho, o que fortaleceria o Diagnóstico e que asseguraria, também, maior independência da pesquisa. Como escreve Colmegna, “sería deseable que cualquier proyecto de desarrollo (que tenga o no antropólogos/as trabajando en la gestión del mismo) tenga otro equipo de antropólogos/as analizando desde afuera sin constreñimientos o apremios” (COLMEGNA, 2005: 182).¹⁷

O lugar que ocupávamos no licenciamento era, portanto, de desconfiança de todos os lados. A CCSA desconfiava dos dados, acreditando que eles pudessem atentar contra seu processo de negociação de terras; as equipes de meio ambiente contratadas pela empresa também temiam os resultados da pesquisa, principalmente após duras críticas que fizemos à WALM e à FEINDT. O MP desconfiava da possibilidade de intervenção da CCSA nos

17 Textos como os de Colmegna foram lidos durante a realização do Diagnóstico e em função dos problemas que tínhamos que enfrentar no licenciamento. Assim, é de nota o aspecto formativo que o trabalho não-acadêmico teve nas nossas concepções e conceitos sobre impactos e direitos dos atingidos. A expertise sobre hidrelétricas foi construída no trabalho de consultoria/laudo e não exclusivamente na academia.

resultados da pesquisa e mesmo da nossa capacidade em realizar o pleito. O IBAMA, que mantinha relações tensas com o MP desde a liberação da LO, pressionava-nos a entregar o trabalho com boa qualidade, pois, caso contrário, ficaria atestado que o MP tinha razão nas controvérsias com o IBAMA.

Apesar disso, a maior força que legitimava a pesquisa era a confiança que conquistamos dos atingidos, estampadas nos elogios que recebemos quando o IBAMA realizou duas vitórias, ou nas cartas que eles encaminhavam à CCSA e ao MP. Em um evento que realizamos em Pontezinha, uma das comunidades atingidas, o presidente da Associação disse:

(...) esse é um momento que vai ficar aqui para nós como uma história, desse tempo que vocês passaram aqui... e, ao vocês chegar aqui, a gente tava até brincando ontem, a gente achou que chegou aqui um qualquer, que a gente teve até medo de recebê-los, pensando assim que podia ser um explorador a mais aqui na região, né, quando a coisa funcionou totalmente diferente. Eu agradeço novamente as pessoas em receber essa equipe e hoje nós estamos com uma equipe amiga e que o trabalho deles vai também trazer êxito para as nossas propostas. (...) Mas eu vejo vocês não é rebaixar as suas categorias, mas a humildade de vocês faz com que a gente aproxime de vocês do jeito que a gente é. (FIRMO & RESENDE DE ASSIS, 2007).

Nesse contexto, nossa equipe conseguia aos poucos se legitimar diante dos órgãos e demais atores, mesmo em face de sua desconfiança. Além disso, conseguimos alguns avanços nas concepções de atingidos e direitos dos “empreendedores”, como afirmou o ex-diretor financeiro da empresa, quando perguntei sobre direito de readequação produtiva, direito ao trabalho, à terra, etc.: “Olha, Guilherme, isso apareceu com vocês. Antes não existia isso (...) se tem que fazer, tem que fazer e pronto”.

Durante o momento em que eu resolvia diversos problemas da pesquisa junto à equipe, o quarto presidente foi demitido pelos acionistas. O argumento para tanto era que ele teria um perfil de “construção” e se fazia necessário alguém capaz de gerenciar a empresa para o cumprimento das demandas ambientais. Isso ocorreu alguns meses depois do antigo presidente ter demitido a FEINDT e contratado a empresa Mais Verde para gerenciar as demandas ambientais.

Dessa forma, todo o trabalho de convencimento que fizemos com a antiga gerência foi perdido. A apresentação do novo e atual presidente da empresa não deixava dúvidas disso. Ao chegar à sala reservada para a equipe - que ficava do lado de fora do prédio da

CCSA -, ele disse: "Olá, meninos, estou aqui para me apresentar e para dizer que estamos juntos para demonstrar para a sociedade que a Corumbá IV é uma dádiva para o Centro-Oeste!". Algum tempo depois, ele percebeu que realmente não compartilhávamos tal perspectiva e iniciou ataques de maneira a deslegitimar a pesquisa. Segundo ele o trabalho antropológico consiste em "masturbações sociológicas e não têm qualquer validade científica".

Desde então tudo teve que ser reconquistado. O presidente considerava a equipe simplesmente como sua empregada, pois ele não tinha a visão do processo que a empresa havia passado até aquele momento. A nova gerente ambiental da Mais Verde, por seu turno, atropelava as ações que havíamos iniciado.¹⁸

A primeira ação do presidente foi cortar equipamentos fundamentais para que terminássemos a tempo o Diagnóstico, justamente no momento em que o campo etnográfico era realizado. A pesquisa ficou parada por algumas semanas até que conseguimos convencê-lo da necessidade de carros, gasolina e outros. A mudança no gerenciamento da CCSA conduziu a empresa a uma sensação de que "começava do zero". Todo o processo foi perdido e os elementos que estavam ligados anteriormente à "máquina" foram desligados (LATOURE, 2000). Novos elementos passaram a compô-la de maneira que as relações entre uns e outros se perdessem. Assim, muitas das demandas já legitimadas pelos antigos diretores e presidente foram descartadas objetivamente pelo atual, mesmo que continuassem constando no Diagnóstico. Segundo o presidente, "ninguém pode me obrigar a fazer o que vocês estão falando pra fazer, principalmente porque eu não tenho dinheiro, a Corumbá é uma empresa pobre".

Essa ironia permeou todas as relações com o "empreendedor" na segunda metade de realização da pesquisa. Foi um período muito tenso para todos que realizavam o trabalho. Tendo em vista as dificuldades, tivemos que reformular as estratégias de ação. O campo etnográfico tinha terminado e nos

18 Exemplo disso é que, logo que chegou, ela procurou locais onde se pudesse instalar um viveiro industrial para realizar a revegetação da APP, quando nossa proposta era que os viveiros fossem pequenos e instalados nas comunidades, os viveiristas seriam das comunidades e, após a revegetação, toda infra-estrutura seria repassada a eles para que pudessem ter mais uma fonte de renda. Além disso, incluímos na proposta de viveiros mudas de árvores frutíferas para recompor os pomares perdidos. Tivemos diversos embates com a gerente ambiental, que a todo momento procurava deslegitimar o trabalho com o presidente da empresa, IBAMA e MP. Com o primeiro, conseguiu êxito, com os demais, nem tanto.

restava a tarefa de formatar o projeto e entregá-lo. Mas decidi colocar a equipe novamente em campo. Dessa vez, iríamos estimular os atingidos a escreverem cartas de próprio punho. A estratégia era, agora sim, produzir provas escritas sobre a visão dos atingidos sobre os processos de negociação e sobre a necessidade de saírem da APP. Mais de cem cartas foram elaboradas e encaminhadas junto com um parecer individual dos casos, elaborado pelos pesquisadores que realizaram as respectivas visitas de campo. O Diagnóstico foi entregue ao IBAMA e MP em janeiro de 2007.

Lidar com os obstáculos da rede do licenciamento não impediu que a equipe realizasse um trabalho crítico onde o ponto de vista nativo deixa sempre sua marca na interpretação do antropólogo. Ao contribuir para a constituição dos fatos etnográficos o discurso nativo revela significados que são necessariamente incorporados à visão do pesquisador (Cardoso de Oliveira, 1995:49). Os problemas da classificação dos “impactos no licenciamento” foram frontalmente debatidos no Diagnóstico quando procuramos demonstrar que essas categorias são problemáticas aos olhos dos atingidos. Tratava-se aí de lidar com a alteridade conceitual trasladando interesses junto ao IBAMA e MP que cunharam as categorias de impactos antes da realização de um trabalho etnográfico.

4. Alteridade conceitual e incertezas da eficácia antropológica

Há duas questões que gostaria de debater - e não responder conclusivamente: o conhecimento antropológico produzido na rede do licenciamento ambiental poderia alcançar eficácia ou apenas legitimaria a obra? Podemos afirmar que realmente se produziu alguma sorte de conhecimento antropológico no Diagnóstico e demais subprodutos dessa prática etnográfica?

Debater se houve eficácia, envolve definir eficácia. Instrumentos exigidos no licenciamento ambiental fazem parte do ritual tecnoburocrático de viabilização de projetos hidrelétricos, isso é verdade. Se tomado como estanque, o licenciamento acaba por significar apenas um inimigo a ser evitado ou derrotado. O mesmo ocorre com a energia elétrica, afinal sua produção atende aos interesses do capital e a distribuição corresponde à sua lógica (Adams, 1975). No entanto, a elaboração e gestão de políticas, como o licenciamento, é um processo de disputas. Atores posicionados em diferentes lugares podem, em maior ou menor grau, modificar tanto sua elaboração como sua execução. A eficácia do conhecimento produzido remete à potencialidade de modificar

práticas do próprio licenciamento quanto à participação dos atingidos e quanto à qualidade de trabalhos exigidos, reclamando um lugar para a etnografia. Envolve também abriremos espaço para questionar conceitos pré-estabelecidos de impactos e direitos. Como temos visto, alcançar eficácia envolve correr riscos e enfrentar desafios; eles não acabaram quando entregamos o Diagnóstico, no início de 2007.

Visando esclarecer o Diagnóstico, a CCSA exigiu que a equipe apresentasse o trabalho para a empresa minuciosamente. Fizemos isso antes de fechar a revisão e elaborar as matrizes lógicas e cronogramas dos programas, mas, não satisfeitos, eles marcaram uma reunião com o IBAMA.¹⁹ A reunião exemplificava uma das contradições do licenciamento ambiental: a discrepância entre as demandas exigidas e a capacidade de triá-las. Mais que simplesmente apresentar o trabalho ao órgão licenciador, a reunião poderia contribuir para que o IBAMA chegasse a conclusões não pela leitura do trabalho, mas pela apresentação oral do mesmo. O parecer que aprovou o Diagnóstico só foi emitido em janeiro de 2008, um ano depois de sua apresentação. Atualmente, todas as ações programadas estão sendo desconsideradas ou modificadas pela CCSA. Tendo em vista que os programas sugeridos foram construídos junto com os atingidos em mais de 30 oficinas de trabalho e quase dois anos de pesquisa intermitente de campo, o descaso com seu conteúdo é, em verdade, um descaso com os atingidos.

Finalizado o trabalho, após o fim de nosso vínculo de consultoria com a empresa, a estratégia adotada pelos acionistas do capital investido na bacia do Corumbá foi recontratar alguns pesquisadores que saíram da equipe, dando aos atingidos a sensação de que não somente a equipe que executará os programas é a mesma, mas também de que eles continuam intactos.

Essas estratégias são possíveis por duas razões mais ou menos previsíveis e regulares no licenciamento ambiental de hidrelétricas: primeiro, porque o Estado não tem quadros técnicos quantitativamente suficientes para triar e analisar as demandas que ele próprio produz. A extensão do trabalho entregue corresponde à extensão dos problemas causados pela CCSA e, fundamentalmente,

19 Inicialmente eu mesmo havia convocado a reunião, mas o presidente da CCSA a remarcou visando sua participação. Sobre isso ver a introdução de minha dissertação. (RESENDE DE ASSIS, 2007)

à complexidade social do entorno do lago. E, segundo, as inúmeras demandas para lidar com licenciamentos ambientais por todo o país sobrecarrega os técnicos do meio antrópico, que são poucos (BARBOSA, 2001).

Quanto às categorias pré-formatadas, cabe tecermos ainda algumas considerações. Se, para os empresários, a motivação para contratação da equipe nada tinha a ver com o conteúdo da pesquisa, o mesmo não ocorria com o IBAMA e o Ministério Público. Fato é que os dois órgãos viam no TAC uma espécie de termo de referência do trabalho solicitado. Não era dado que as categorias de atingidos e impactos sugeridas no licenciamento deveriam ser colocadas à prova. Entretanto, a etnografia, condicionada que está à perspectiva crítica (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004: 33-45), guarda consigo obrigação ética de reflexão sobre categorias impostas de fora às populações pesquisadas. Está implícito nessa contradição da rede do licenciamento um dos grandes desafios para a prática etnográfica em meios não-acadêmicos: a alteridade conceitual.

Povoar o mundo com mentes “irracionais” é a condição primordial para a expansão de qualquer rede de produção de fatos.²⁰ Isso é necessário para que a ciência seja entendida como necessária pelos atores “de fora” da rede,²¹ é a condição mesma da ciência.²²

Na rede do licenciamento da UHE Corumbá IV, os processos de decisão quanto ao empreendimento e categorias de impacto passaram ao largo dos conhecimentos e demandas políticas dos próprios atingidos. Nosso interesse, enquanto atores dessa rede era promover a participação dos atingidos nos momentos de decisão que ocorrerão frequentemente nos assuntos de gestão do território do

20 Para os cientistas, a pergunta a ser feita não é aquela com que comecei: como podem tão poucos meteorologistas estender sua rede a ponto de controlar a definição do clima, a despeito de uma infinidade de definições contrárias? A pergunta que deve ser feita agora [segundo os cientistas] é: como é que ainda há gente que acredita em todo tipo de absurdo sobre o tempo e sua evolução, quando é tão fácil aprender conosco aquilo que o tempo é? (Cf. LATOUR, 2000: 299).

21 Aqui utilizamos o recurso da divisão entre os de dentro e os de fora apenas com fins pedagógicos para explicar a questão pois tal divisão não existe, na medida em que a rede se expande e produz seus próprios meios de sobrevivência junto aos “de fora” que passam a compô-la. É a expansão da rede que nos interessa, ou seja, como ela consegue se expandir para outros campos e converter outros capitais a seu favor.

22 A ignorância dos sistemas de conhecimento local, suas dinâmicas e seus escopos é um pressuposto crucial para a difusão do sistema de conhecimento científico (VAN DER PLOEG, 1993: 223).

entorno do reservatório, invertendo a irracionalidade atribuída aos atingidos - a idéia de que se suas concepções de impactos eram apenas versões e não fatos. Isso implicava demonstrar aos órgãos licenciador e jurídico, bem como à CCSA, sua ignorância quanto às categorias nativas sobre o impacto. Nesse sentido, o movimento que seria necessário fazer era demonstrar que os demais atores não estavam adequadamente inseridos na rede, já que desconheciam o critério fundamental para elaboração de instrumentos para a mitigação de impactos quando baseados no método etnográfico: a participação incisiva das populações, seus significados e interesses, no processo decisório.²³

O Diagnóstico servia à aplicação de um ordenamento jurídico, mas ao mesmo tempo era construído com base no método etnográfico, que visa fundamentar inteligibilidades (Ver Carta de Ponta de Canas, 2000). No caso do trabalho antropológico não-acadêmico o desafio da alteridade não remete simplesmente à forma de produção de conhecimentos ou da característica artefactual e singela das construções práticas dos antropólogos; está em jogo o plano político explícito dos interesses econômicos e políticos.²⁴ É justamente essa diferença do trabalho não-acadêmico que atenta contra o paradigma do conhecimento produzido na academia. Como afirma Escobar, "os atores sociais não acadêmicos são encarados como os iniciadores de uma transformação social e epistemológica, obrigando os acadêmicos a procurar novas linguagens de descrição e explicação" (2003: 642).

Essas novas linguagens são expressas nos textos produzidos em contextos não-acadêmicos e colocam uma questão ameaçadora à disciplina: a tentativa de conceber a ordem (LEVI-STRAUSS, 1970 e LATOUR, 1999: 280) pela escrita pode conduzir aos usos políticos dos textos e impedir o diálogo das diferentes formas de conhecimento, já que a lógica jurídico-administrativa opera uma racionalidade para produzir seus instrumentos de ação, enquanto a antropologia se orienta no múltiplo ordenamento da realidade (TAMBIAH, 1990: 92). Mas, como bem afirmou Tambiah, as

23 Procurávamos evitar o reforço de abordagens elitistas e tecnocráticas da ciência e do saber, sendo a participação e a consulta às comunidades vistas meramente como uma concessão ao princípio da democracia, não sendo de fato compreendidos como mecanismos necessários (MENESES, 2003: 731).

24 É verdade que o mesmo ocorre no trabalho exclusivamente acadêmico. Entretanto, os resultados desses trabalhos não estão diretamente voltados para a elaboração e gerenciamento de políticas públicas como o licenciamento ambiental.

províncias de significados são finitas, o que nos faz acreditar que é possível que textos escritos em ambientes de laudos-consultorias respondam às demandas jurídico-intitucionais, sem perder a riqueza etnográfica.

Quanto à exclusão intencional das demandas dos atingidos, coube ao Diagnóstico a denúncia; quanto aos problemas de tradução das categorias de impacto, coube a colocação do problema aos órgãos competentes. A alteridade conceitual envolve um problema de tradução que pode ser melhor compreendido se auferirmos à noção de rede do licenciamento a idéia de comunidades de argumentação, de Apel (1994). Essas comunidades, entendidas também como arenas de disputa de significados entre atores que compartilham diferentemente universos de significação (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996) sempre estiveram presentes na rede. É digno de nota que os atingidos não participavam de nenhuma delas e, dessa maneira, estavam excluídos de qualquer possibilidade de participação nas definições sobre o “empreendimento”.

Isso colocou à equipe um duplo desafio: primeiramente, elevar o conhecimento etnográfico como capaz de elucidar problemas envolvidos na construção das categorias de atingidos do licenciamento aos olhos e práticas daqueles que são categorizados. Em segundo lugar cabia demitir a antropologia quando o assunto era representar politicamente os interesses dos atingidos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006). Trata-se aí de contribuir para a abertura do sistema político e planificação da obra e de desmentir a “religião secular dos especialistas em desenvolvimento” (MAYBURY-LEWIS, 1992: 53). Tivemos que lidar com esses desafios de maneira a produzir, nos programas e ações propostas, espaços de deliberação onde os atingidos pudessem negociar seus interesses com os demais atores, e, ao mesmo tempo, atestar a necessidade de revisar as categorias de impactos do licenciamento.

Os dados produzidos no contexto do Diagnóstico nos permitiram confrontar as categorias cunhadas pelo IBAMA e MP no licenciamento ambiental. Assim, por exemplo, demonstramos que o “resguardo do residente produtivo” ignora as relações históricas de herança e sucessão de terras, que têm como base um sistema virilocal alicerçado nas relações entre irmão mais velho, celibatário e cunhado casado com a irmã mais velha. Demonstramos ainda que a obrigatoriedade de “retirada das casas e benfeitorias da APP” implicava em um impacto incompreensível e inadmissível para os atingidos. Isso exigiu de nós a necessidade de demonstrar etnograficamente como novas territorialidades implicaram em

impactos que vão além daqueles produzidos pelo reservatório em si, pois tratam de uma imposição de categorias de uso do território remanescente. Os “remanescentes menores que o módulo rural” quando não reclamavam da total impossibilidade de reproduzirem seu modo de vida no que sobrou do patrimônio familiar, não aceitavam de maneira alguma a imposição de terem que sair ou “dar um outro jeito” para continuarem no local, como queria o IBAMA ao pressionar a CCSA. O conceito de propriedade e os parâmetros de medição do **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)** sobre o que é uma terra “escriturável” foram, nesse caso, os alvos da crítica antropológica presente no Diagnóstico.

Todos esses aspectos reverberaram diretamente nos textos acadêmicos produzidos individualmente por mim e pelos meus colegas de elaboração do Diagnóstico. Importante salientar que muitas considerações desses trabalhos - como minha demonstração de como o licenciamento ambiental brasileiro joga para a fase de operação as demandas socioculturais e econômicas - decorrem de uma experiência etnográfica vivida fora da academia e sem seu financiamento. O lugar de fala - no interior de uma rede não acadêmica - me colocava numa posição privilegiada de observação etnográfica e foi a partir daí que emergiram minhas poucas e singelas, mas existentes conquistas teóricas no meio acadêmico.

5. Riscos e desafios: sua importância para o fazer antropológico

É impossível, na atual configuração da antropologia, validar qualquer etnografia que desconsidere a intrínseca relação entre seu objeto e a trajetória do autor, no texto e fora dele²⁵. É verdade que a forma de avaliação dessa relação pode variar entre a biografia do

25 “A antropologia britânica e americana no últimos anos vem se esforçando para delimitar, afinal, do que se trata a antropologia. Somada à configuração de pesquisa que mudou nesses países, quando passaram a conviver com uma antropologia “at home”, a preocupação resulta de uma crescente consciência hermenêutica onde o conhecimento produzido só faz sentido se for contextualizado” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1993: 67-81). GEERTZ (2005: 41-71) nos mostra que a preocupação dos autores em situar-se em seu texto também está presente na antropologia francesa desde Lévi-Strauss. No Brasil a prática também é recorrente, ver PEIRANO (1991: 64-90 e 115-135).

autor, a contextualização histórica do trabalho e do autor²⁶ e/ou do engajamento crítico do leitor com as estratégias do autor em convencê-lo da veracidade de seu argumento e dos seus dados (Geertz, 2005). O fato é que o escritor ou autor de textos antropológicos não pode deixar de situar-se para tornar inteligível seu argumento, e não se trata de estilo, mas da condição epistemológica de sua profissão (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1993). Nesse aspecto, os riscos e desafios da prática antropológica exercem um papel interessante: ao abordá-los evidenciamos a relação intrínseca entre método, teoria e lugar de fala ou enunciação.

Os temas da antropologia e sociologia do conhecimento transitam entre a averiguação de arenas epistemológicas para se compreender a natureza mesma do conhecimento e a busca dessa mesma natureza nas relações socioculturais, nas quais poder e conhecimento compõem o objeto (MANNHEIM, 1976). Nesse caso, abordar riscos e desafios se tornam parte constituintes de textos que objetivam elucidar a artefactualidade do conhecimento produzido estabelecendo o que Garfinkel chama de indiferença etnometodológica (GARFINKEL apud COULON, 1995:79). Na proposta etnometodológica de Coulon, o cientista social deve esclarecer qual é a sua linguagem, pois a partir disso se poderá distinguir entre aquilo que depende do método e técnica daquilo que depende dos dados, ou “do material que ele denomina dados” (*ibid*). As opções metodológicas são respostas às condições de pesquisas e os dados são produzidos nesse contexto. Explicitá-los é uma questão de prudência explicativa e condição de validade do conhecimento.

Voltamos, então, à questão inicial deste trabalho: os riscos e desafios corridos durante a experiência etnográfica - que impõem estratégias metodológicas de traslado de interesses para a construção de dados - são comuns; no entanto, os produtos antropológicos daí decorrentes são diferentes. Num caso temos um instrumento tecnoburocrático do licenciamento ambiental, no outro uma dissertação de mestrado. Chamei a atenção para esse fato para atestar que a prática antropológica em meio não-acadêmico é parte constituinte dos argumentos e conceitos resultantes, e também para demonstrar que a academia não é a única arena de validação de um

26 Como insistentemente sugeriu MANNHEIM (1976) ao estipular uma das primeiras agendas de pesquisa para a sociologia do conhecimento, apropriada criticamente pela antropologia. Ver ainda CLIFFORD & MARCUS (1986: 35-37).

conhecimento digno de ser adjetivado como antropológico. A academia é responsável pela formação e aprendizado da(s) matriz(es) disciplinar(es), mas a prática antropológica é mais ampla que isso: trata-se de ampliar, reproduzir e colocar os preceitos dessa(s) matriz(es) em teste.

Mas se a experiência etnográfica era comum aos produtos resultantes, as arenas de validação não. Se as metodologias são as mesmas, as formas de relacionarmos com os dados e com a produção dos textos, não. Emerge daí uma importante questão para aqueles que se utilizam de dados construídos a partir de uma experiência não-acadêmica para produzir textos acadêmicos: o traslado de dados de uma rede à outra. O que se torna ainda mais complexo quando trabalhamos em uma equipe: o que fazer da autoria? Onde está aquele antropólogo solitário que sofre (ou se regoziza) de “anthropological blues” (DA MATTA, 1978)?

Nesse caso, elucidar os riscos e desafios nos momentos de construção da etnografia me parece ainda mais fundamental. Pouco interessava aos atores que validaram o conhecimento antropológico do Diagnóstico saber que ele é construído, interessava-os, isso sim, avaliar as propostas advindas desse conhecimento. Assim, a preocupação central à época da elaboração do Diagnóstico residia em não permitir que tal avaliação desconsiderasse o que há de antropológico nos fatos construídos. Caso isso ocorresse seria impossível justificar determinadas solicitações à concessionária pois o que nos colocava no jogo da mitigação e resgate de passivos era justamente a obrigatoriedade de se elaborar propostas com base no método etnográfico. Já na dissertação ou na rede de validação acadêmica do conhecimento, era a interação entre dados, prática e academia que interessavam enquanto desafio e que a diferenciava do Diagnóstico.

Nessa rede, os meios de validação são criados a partir do modo particular de como cada autor convence o leitor (GEERTZ, 2005:22). É nesse sentido que o engajamento da validação é similar ao engajamento da execução e escrita da etnografia: o avaliador deve se relacionar com o texto etnográfico na tentativa de penetrar no universo do etnógrafo, pois é nele que encontrará sua lógica própria e será ou não convencido. Cabe ao etnógrafo que quer convencer outros, trasladando interesses na rede de produção de fatos antropológicos da academia, dar subsídios aos avaliadores quanto ao modo pelo qual “esteve lá”; *i.e.*, o modo pelo qual construiu sua experiência de campo e seus dados, pois estes, mais que representar o substrato do trabalho, estampam a relação

cosmológica do pesquisador com os pesquisados e com os dados daí subjacentes. As alegações do antropólogo “carregam”, por assim dizer, aspectos das alegações e linguagens dos grupos pesquisados, e nisso consiste a característica eminentemente hermenêutica da disciplina. Na medida que o avaliador pode perceber o quanto os “nativos” “estão aqui” - no texto -, ele poderá avaliar com maior segurança de que maneira “estivemos lá”.

Se é realmente assim, então os antropólogos que trabalham em equipe, num contexto não-acadêmico, têm certas responsabilidades, de alguma sorte peculiares, quando intentam utilizar, na academia, os dados construídos coletivamente. O dado é uma ponte, um lugar onde atuam forças de alguma maneira nucleantes: nele residem a experiência vivida, a forma de abordagem do “outro” e aquilo do “outro” que foi possível compreender/construir a partir de tal abordagem.

Em um trabalho como o do Diagnóstico, a experiência vivida foi distinta para cada pesquisador, dispostos diferentemente ao redor do reservatório artificial. Do ponto de vista metodológico, a abordagem era decidida coletivamente, salvo em alguns momentos liminares em que eu, como coordenador de equipe, tinha a difícil obrigação de optar por uma ou outra estratégia de pesquisa de campo. Tudo isso influencia, sobremaneira, em como o “outro” é concebido nos dados que poderão ser utilizados posteriormente, na escrita de textos acadêmicos. Na medida que utilizei os dados do Diagnóstico para escrever minha dissertação, eu apenas lancei mão de dados secundários? Se sim, o que faço então com minha experiência intermitente em campo nos meses de pesquisa? Ela nada tem a ver com os dados “secundários” utilizados? Se a resposta for não, como eu poderia justificar a utilização de dados produzidos por colegas de equipe de pesquisa? Qual o meu lugar de enunciação e de construtor de fatos na rede acadêmica? Dei algumas respostas a tais perguntas na dissertação, cabe aqui apenas atentar para a necessidade de redimensionar o que os dados significam em uma arena de validação distinta daquela onde originalmente os dados forma construídos.

Não nos cabe como pesquisadores validar nossos próprios dados ou o texto, mas apenas subsidiar sua avaliação por outros. Mas, se nos colocamos em uma situação complicada, ou pelo menos inusitada, de produção de dados e textos, é importante levarmos em conta que o avaliador passa a compartilhar dessa espécie de dilema ou mal-estar. Se não fizer isso, sua avaliação pode fracassar. Sendo assim, compartilhamos parte do risco com a própria rede de

validação na qual pretendemos legitimar nossos argumentos. Daí a questão não é mais como iremos validar nosso conhecimento, mas como convencer os outros a correrem o risco de considerar nosso argumento como legítimo. Assim, me parece evidente a contribuição que o tema dos “riscos e desafios” enfrentados por nós em nossas pesquisas exerce na validação de nossos textos e experiências etnográficas.

No caso da construção dos dados, quando estamos realizando a pesquisa etnográfica, os riscos aparecem como partes constitutivas do nosso *métier*. Eles nos mostram que o palco onde realizamos o trabalho de campo é comum para quaisquer textos produzidos posteriormente. Evidenciam também que a arena de validação original à qual esteve submetida a experiência etnográfica demarca claramente tanto a agência quanto os limites de nossa prática. Como vimos, a rede do licenciamento não depende da academia para exigir estudos antropológicos, nem para triar e avaliá-los. O conhecimento daí resultante, entretanto, pode subsidiar textos para outras arenas de validação, como a academia.

Na academia a pertinência dos riscos como “questão metodológica” é também fundamental. Não se trata mais da constituição dos dados, do lugar de fala e da teoria mas de evidenciá-los, e de redimensioná-los enquanto exigência metodológica sem a qual a validação do conhecimento fica comprometida.

Em qualquer dos casos, os riscos e desafios se mostram temas interessantes e inescapáveis.

Referências

- ADAMS, R.N. *Energy and structure*. Austin: University of Texas Press, 1975.
- APEL, K-O. *Estudos de moral moderna*. Tradução de Benno Dischinger. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BARBOSA, N.P. *Setor elétrico e meio ambiente: a institucionalização da “questão ambiental” nos anos 80 e 90*. Rio de Janeiro, UFRJ: Tese de Doutorado, 2001.
- BRASIL/IBAMA. *Ofício nº674/2005* - CGLIC/DILIO/IBAMA
- BRASIL/Ministério Público Federal. *Termo de Ajuste de Conduta/Ação Civil Pública nº 2002.35.00.011863-2*, 2002.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. “O mal-estar da ética na antropologia prática” In _____. *Caminhos da Identidade: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006, pp. 225-239.

- CARDOSO DE OLIVEIRA, R.. "O saber e a ética: A pesquisa científica como instrumento de conhecimento e de transformação social". In CARDOSO DE OLIVEIRA, R. & CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. *Ensaaios antropológicos sobre moral e ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, pp. 13-33.
- CARTA DE PONTA DE CANAS. 2000 Florianópolis.
- CCSA/RESENDE DE ASSIS, L.G. *et alli*. **Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV**. XI volumes, 2007.
- CID, R. "Produto e processo: Desafios para o antropólogo na elaboração de laudos de impacto ambiental". In LEITE, I. B. (Org). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER e ABA, 2005, pp. 191-206.
- CLIFFORD, J. & MARCUS, G. (orgs.). **Writing culture: the poetics and politics of ethnography**. Berkeley: Califórnia, 1986.
- COLMEGNA, P. "Reflexiones acerca del papel del/a antropólogo/a em proyectos de desarrollo". In LEITE, I.B. (org). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER e ABA, 2005, pp. 171-190.
- COULON, A. "A questão de método" In _____. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995, pp. 9-93.
- DA MATTA, R. "O ofício de etnólogo, ou como ter 'Anthropological Blues'". In: NUNES, E O (org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, pp. 23-35.
- ESCOBAR, A. "Actores, redes e novos produtores de conhecimento: Os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências" . In SOUZA SANTOS, B. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez Editora, 2003, pp. 639-666.
- FIRMO, F. & RESENDE DE ASSIS, L. G. **As margens**. Video Etnográfico. Etno Vídeo. 25 minutos, 2007.
- GEERTZ, C. **Obras e vidas: O antropólogo como autor**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R.. "A vocação crítica da Antropologia". *Anuário Antropológico*, v. 90, 1993, pp. 67-81.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. "Quando fazer é refletir". *Ciência Hoje*, v. 19, n. 113, 1995, pp. 46-49.
- _____. "Pesquisa em *versus* pesquisas com seres humanos". In VÍCTORA, C. *et alli* (Orgs). **Antropologia e Ética: O debate atual no Brasil**. Niterói: Ed. UFF, 2004, pp. 33-44.
- LATOUR, B. "A ordem criada a partir da desordem". In _____. **A vida de laboratório: A produção de fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- _____. **Ciência em ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- LEITE, I.B. "Introdução. Os laudos periciais - Um novo cenário na prática antropológica". In _____. (Org). **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: NUER e ABA, 2005, pp. 13-28.
- LÉVI-STRAUSS, C. "A ciência do concreto". In _____. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970, pp. 19-55.
- MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

- MAYBURY-LEWIS, D. "Desenvolvimento e direitos humanos: A responsabilidade do antropólogo". In: ARANTES, A. A., RUBEN, G. R. & DEBERT, G. D. (Orgs.). *Desenvolvimento e Direitos Humanos: A responsabilidade do antropólogo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, pp. 49-55.
- MENESES, M.P. "Agentes do conhecimento? A consultoria e a produção do conhecimento em Moçambique" In SOUZA SANTOS, B. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez Editora, 2003, pp. 639-666.
- NUGENT, D. "Social science knowledge and military intelligence: Global conflict, territorial control and the birth of area studies during WW II". *World Anthropologies Network e-Journal* 3, 2008, pp. 31-65.
- OLIVEIRA, R. & ZHOURI, A. "Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: Conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos". Rio de Janeiro: / *Encontro Ciências Sociais e Barragens*. IPPUR/UFRJ e Fórum de Ciência e Cultura, 2005.
- PEIRANO, M. G. S. "Indians and territorial integration" e "Anthropology and the ideology of nationhood". In _____. *The anthropology of anthropology: The Brazilian case*. Série Antropologia nº110. Brasília: DAN/UnB, 1991, pp. 64-90 e 115-135.
- RAMOS, A.R. "Ethnology Brazilian style". *Cultural Anthropology* 5 (4), pp. 452-472.
- RAMOS, A.R. "Anthropologist as political actor". *Journal of Latin America Anthropology. Theme issue - Reading Brazilian anthropologists*, 4 (2)/5(1), 1, 1999/2000, pp. 172-189.
- RESENDE DE ASSIS, L.G. *As margens da UHE Corumbá IV: Desafios antropológicos entre redes, enclaves, cosmografias e moralidades*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- RUBEN, G.R. "O progresso da antropologia ou a antropologia do progresso". In ARANTES, A.A., RUBEN, G. R. & DEBERT, G. D. (Orgs.). *Desenvolvimento e Direitos Humanos: A responsabilidade do antropólogo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, pp. 175-182.
- SEEGER, A. "Há algo de antropologia na atuação de antropólogos junto às comunidades indígenas do Brasil?". Artigo apresentado na *15º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, Nova Friburgo, 1981.
- TAMBAIAH, S. "Multiple orderings of reality: The debate initiated by Lévy-Bruhl". In _____. *Magic, science, religion and the scope of rationality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, pp. 84-110.
- TAMINATO, M. *Afogamentos ou mergulhos antropológicos: O antropólogo como consultor de um empreendimento hidrelétrico*. Brasília, UnB: Trabalho final do curso de Análise de Sistemas Simbólicos, 2006, mimeo.
- VAN DER PLOEG, J. D. "Potatoes and the knowledge". In HOBART, M. *An anthropological critique of development: The growth of ignorance*. Londres: Routledge, 1993, pp. 209-227.
- ZUCARELLI, M.C. "Da Usina de Irapé à Usina Presidente Juscelino Kubitschek: Implicações da lógica desenvolvimentista nas práticas do licenciamento ambiental". Rio de Janeiro: / *Encontro Ciências Sociais e Barragens*. IPPUR/UFRJ e Fórum de Ciência e Cultura, 2005.